

SUJA, CAÓTICA, VIOLENTA. É BRASÍLIA, CIDADE GRANDE.

Reportagem de
Sandra Soto,
Tânia Fusco e
Paulo Fona.

A Capital Federal deixou de ser o Paraíso. E agora é uma cidade comum, com todos os problemas de uma metrópole.

Sete anos depois de atingir sua maioridade, a Capital Federal perde a condição de paraíso e soma em seu currículo de vida um novo recorde nacional: tem hoje o transporte urbano e os aluguéis mais caros do País. Segundo o Sindicato dos Bancários, nos últimos 18 meses os aumentos de ônibus chegaram a 3.840%. De junho de 1987 a junho deste ano, os aluguéis tiveram aumento médio de 500%, pelos cálculos de Paulo Baeta, presidente do Sindicato das Empresas Imobiliárias do Distrito Federal. Na Ceilândia, cidade-satélite mais populosa do Distrito Federal (450 mil habitantes), o aluguel de um barraco de dois cômodos não vale menos do que 15 mil cruzados. No plano-piloto, onde vive 1/3 da população de 1.800 mil habitantes, um apartamento de dois dormitórios, com garagem e telefone, pode custar até 80 mil cruzados. O mesmo apartamento valia 14 mil cruzados um ano atrás.

Os ônibus urbanos têm tarifa única de 750 cruzados, a maior do Brasil em veículos para transportes coletivos comuns. A grande maioria da população, os habitantes das cidades-satélites, utiliza ônibus em seus deslocamentos. Como estas cidades-satélites estão estrategicamente localizadas distantes do plano-piloto, muitas pessoas utilizam dois (ou até três) ônibus nos seus trajetos para o trabalho.

Fim do paraíso

Brasília tem hoje todos os problemas das cidades cujo planejamento administrativo não consegue acompanhar a expansão demográfica desordenada, provocada por uma migração interna intensa, que despeja mensalmente centenas de pessoas vindas de diversas regiões do País, sem nenhuma habilitação para viver na cidade grande. A maioria vem do campo, do sertão nordestino principalmente, atrás do sonho de uma vida melhor na cidade que temo mito de ser o paraíso da classe média brasileira. Só a estatística alimenta esse sonho. A Capital Federal — particularmente no plano-piloto, onde vive o funcionalismo público melhor remunerado — tem a renda per capita mais alta do Brasil. Em 1985, último registro oficial, era de Cr\$ 21.043.958,00, quando o salário mínimo valia Cr\$ 600,00.

A alta renda, no entanto, não impede que a cidade, reino das piscinas particulares, conviva hoje com todos os problemas das metrópoles. Violência urbana, carência de moradia, desemprego, falta de saneamento básico, má qualidade nos serviços, incontrolável crescimento de favelas, aqui chamadas invasões, são fantasmas de uma administração que vive quase que exclusivamente de recursos federais.

O déficit de moradia no Distrito Federal atualmente é de 180 mil unidades. Cerca de 110 mil pessoas vivem nas 48 invasões da cidade, sem nenhum saneamento básico. A invasão do Paranoá, por exemplo, a maior e mais antiga favela do Distrito Federal, que tem quase 50 mil habitantes, é abastecida de água por dois chafarizes. Não há esgotos e só um telefone público atende à população.

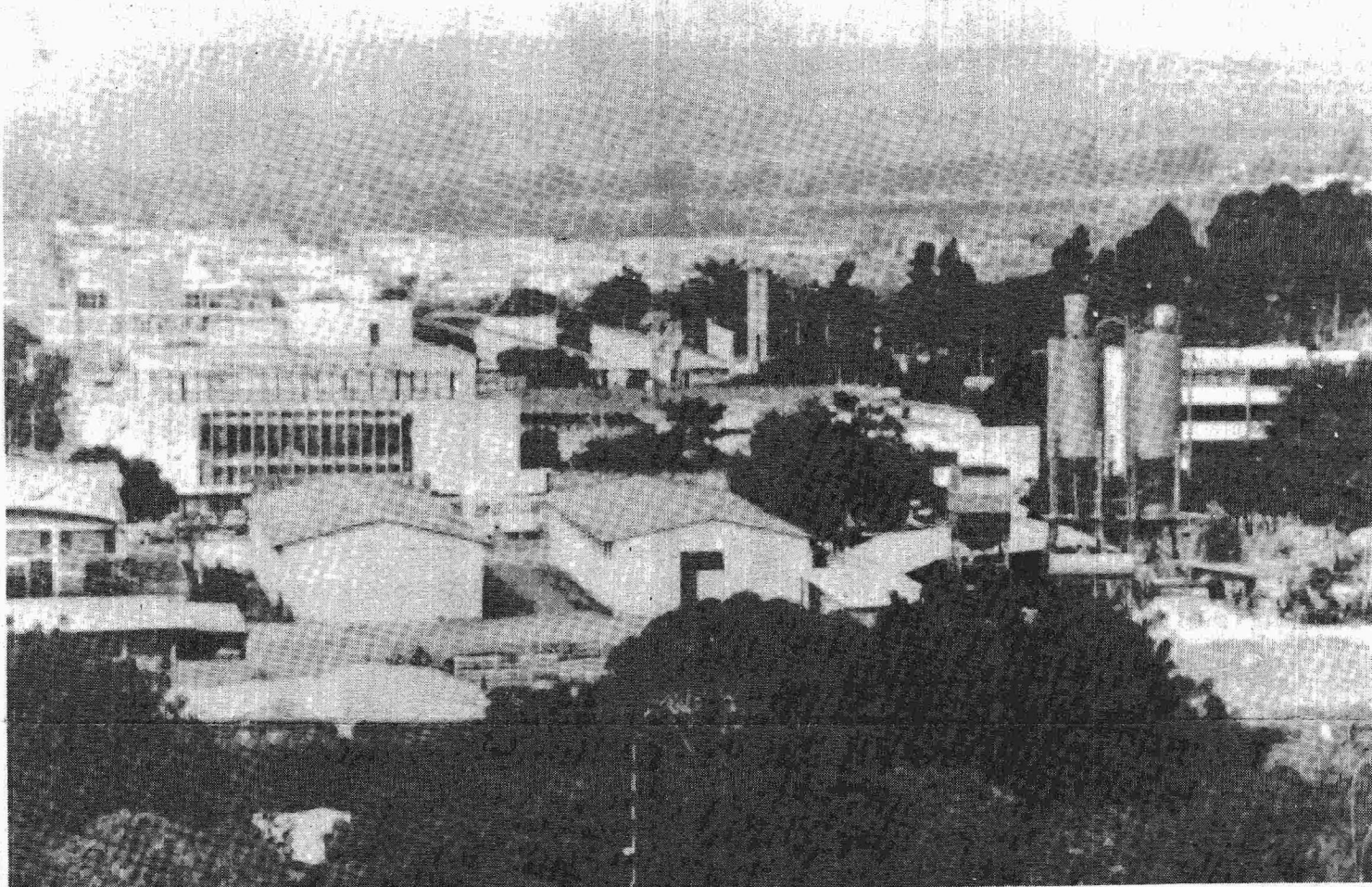
Segundo dados da Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central — Codeplan —, o número de subabrigados pode chegar a 800 mil.

Contratos em dólares

Falta casa, sobem os aluguéis. Custos que democraticamente atingem a toda a população. Os aluguéis nos lagos — Sul e Norte — e nos setores de mansões (as regiões mais nobres da cidade), além de muito caros, são também cotados (e pagos) em dólares. A cada domingo os classificados do Correio Braziliense exibem anúncios em dólares de casas, apartamentos e terrenos. Oficialmente só a cotação é feita em dólar, mas contratos informais, admitidos apenas em off pelos administradores das imobiliárias, garantem pagamento na moeda americana, e ajudam o proprietário a sonegar Imposto de Renda.

Nos últimos dois meses, a Receita Federal tentou, sem sucesso, alcançar esse tipo de sonegação visível nos anúncios, habitual na prática cotidiana da cidade, inviável na documentação.

A grande concentração de funcionários de embaixadas favorece esse tipo de negócio em dólares — admite Paulo Baeta, insistindo, entretanto, que é impossível alcançar e comprovar esse tipo de acordo: ninguém registra um contrato desses em cartório, né?



Vista do setor industrial do Distrito Federal

Favelas, transporte caro, aluguel alto...

A redoma de vidro quebrou. Criada há 28 anos para transformar-se no centro administrativo do País, distante das mazelas sociais e das pressões populares que no Rio de Janeiro tornaram famosa a "gaiola de ouro", Brasília será outra cidade quando o presidente José Sarney assinar o Programa de Desenvolvimento Industrial do Distrito Federal, o Proin-DF. Com ele, o Distrito Federal assume, no papel, o que já é na realidade: uma cidade brasileira como outra qualquer, com todos os problemas nacionais urbanos — desempregados, favelas, aluguel e transporte caro etc.

"Brasília esgotou sua vocação administrativa", avalia o governador interino de Brasília, Guy de Almeida. "A condição humana prevaleceu sobre as razões de Estado", endossa o senador Pompeu de Souza, do PSDB. "O desenho não muda a realidade", alfineta José Roberto Bassul, presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção Distrito Federal. Os três resumem a constatação óbvia de uma cidade que foi criada para abrigar 600 mil pessoas no ano 2000 e em 1988 já alcançou a marca de 1,8 milhão de habitantes — uma das maiores cidades do País.

E as projeções não são menos temerárias. A Organização das Nações Unidas prevê que a cidade virará o século com 4,5 milhões de pessoas, daqui a 12 anos.

"Temo que a cidade se transforme numa nova baixada fluminense", diz o presidente da Fibra, Cassio Gonçalves. Na avaliação dele, pesa o esgotamento de dois tradicionais setores que geraram emprego para a cidade: o setor público e a construção civil. De fato, os governos federal e local não empregam mais, e a construção civil, com a crise econômica do País, não oferece mais as vagas do passado.

"O Programa de Desenvolvimento Industrial é essencial para a cidade", resume o governador-interino, Guy de Almeida. "É a solução para gerar empregos e criar condições de vida", acrescenta o secretário de Finanças, Marco Aurélio Martins, atarefado em não engordar ainda mais a folha de pessoal dos 93 mil funcionários do governo do Distrito Federal que compromete 92,4% da receita. "O setor público não oferece

mais emprego", diz taxativo o secretário Martins (leia box).

"A industrialização é a solução para evitar novas badernações", indica o presidente da Fibra, que entende o movimento ocorrido em novembro de 1986, com quebra-quebra geral, como uma sinalização de que a atual situação está chegando a um impasse incontornável, se nada for feito. A industrialização é a melhor opção. A outra seria, como queria o ex-governador Aimé Lamaison, aumentar o efetivo policial e colocá-lo todo o dia na rua para garantir o bom funcionamento do centro administrativo e político do País — só assim a redoma de vidro não se esvaçaria totalmente.

Os empresários

No início era uma serralheria. Hoje é uma indústria de estruturas metálicas. O empreendimento deu certo e os irmãos Gravia estão exportando seus produtos para outros estados, e já montaram filiais em Goiás e Minas Gerais. Assim como esses irmãos portugueses, outros empresários de Brasília começaram com pequenos empreendimentos e estão conquistando os grandes mercados, mudando a história de que a Capital do País sempre importou mercadorias e serviços.

Com pouco dinheiro e muita vontade de vencer, José e Carlos Gravia vieram para Brasília logo após sua inauguração, em 1961. Levaram 12 anos para transformar a serralheria na Irmãos Gravia Com. e Ind. Ltda. Hoje vendem todo tipo de estruturas metálicas para construções, sendo os únicos a construir formas para fabricar argamassa armada.

Já o gabinete do ex-presidente João Baptista Figueiredo foi todo equipado pela Mainline Ind. e Com. Ltda., contou orgulhoso Ariel Landwer, o filho mais velho de um dos sócios, que hoje administra a empresa da família. Paulista, 26 anos, diz que seus móveis decoram alguns dos mais importantes recantos do Poder em Brasília: Congresso Nacional, Itamaraty e ministérios.

O pai, Arturo, e o tio, Bazu, montaram a Mainline numa lojinha na avenida W-3 Sul, que não chegava a ocupar cem metros quadrados. Hoje, a indústria e lojas espalham-se por 15 mil metros quadrados.

No princípio eram representantes de uma firma de São Paulo, mas logo passaram a produzir os próprios móveis. Os órgãos públicos enriqueceram a família

Landwer, que vende também seus móveis no Nordeste, Rio e São Paulo e quer exportar para os Estados Unidos.

A Collection Móveis, que também começou com representação de firmas paulistas e passou a fabricar seus próprios produtos somente em 86, já entrou no competitivo mercado paulista, além de Goiás. Só com a fábrica em Brasília, o empresário Josezito Nascimento quer ainda vender para o Rio, Belo Horizonte e estados do Nordeste.

O Só Frango também surgiu de uma pequena loja. O engenheiro Aroldo Amorim, vendo que Brasília precisava ser auto-suficiente em alimentação, montou uma granja com cinco mil frangos e um pequeno ponto-de-venda. Hoje, a granja possui 3,5 milhões de frangos e 70 mil deles são abatidos diariamente para atender Brasília, Goiás e Salvador.

E o resto do país é que paga a conta

Até quando o País estará disposto a arcar com 70% das despesas para manter Brasília? Essa questão ronda a cabeça de quase todas as autoridades do governo do Distrito Federal e cresce à medida que a contenção de gastos públicos aumenta e a cidade ganha sua autonomia política — irá eleger seu governador pela primeira vez em novembro de 1990. "O orçamento deste ano será algo em torno de 110 bilhões de cruzados", informa o secretário de Finanças, Marco Aurélio Martins. "A autonomia política deve acompanhar a autonomia econômica".

ensina Lindberg Cury, secretário de Indústria, Comércio e Turismo, candidato derrotado ao Senado Federal nas eleições de 1986. Em outras palavras, quem conquistou representação política deve conseguir manter-se com recursos próprios, assim como as demais Unidades da Federação. Atualmente, o Distrito Federal só arrecada cerca de 15% do que gasta, obtendo o restante com recursos aplicados diretamente pela União (70%) e de sua participação na distribuição de impostos federais (ICM e outros). Os recursos para pagamento da folha de alguns servidores vêm da Secretaria de Planejamento da Presidência.

►►►

A OTN, que mesmo contra a lei é a moeda oficial nos pagamentos de médicos, dentistas, condomínios e clubes, tem concorrência séria no Distrito Federal com a moeda americana. O paraíso agora é pago em dólares. A luta pela manutenção do alto padrão de vida tem deixado para os comerciantes do Distrito Federal um alto saldo de calotes. Segundo informações do Clube de Lojistas, no mês de junho foram passados 55 mil e 318 cheques sem fundos, representando um rombo de 3 bilhões e 180 mil cruzados. Em agosto do ano passado, o comércio local engoliu 7 bilhões em cheques sem fundo. Número recorde de calote na história da Capital Federal.

Mais violência

Nos anos 80, o morador de Brasília, como o de qualquer outra grande cidade brasileira, é obrigado a conviver com um número cada vez maior de violência nas ruas. Em junho, por exemplo, foram registrados 16 estupros só no plano-piloto, segundo informações da Secretaria de Segurança. (A média até então era de um por dia.) No mesmo período foram roubados 255 veículos e furtadas 1.656 casas. No último domingo, Cyro Amaral Lopes Filho, 27 anos, secretário particular do senador Olavo Pires (PTB/RO) estuprou duas domésticas no gabinete do seu chefe, dentro do Congresso Nacional.

— Paraíso? Só pra quem vê de cima. Brasília tá virando é pesadelo — depõe dona Geny dos Santos, 53 anos, 20 na Capital da República, moradora da Asa Norte. "Melhor voltar pro Interior, cidade grande no Brasil não tem mais jeito", encerra.

O programa, estimulando a indústria.

O Programa de Desenvolvimento Industrial do Distrito Federal (Proin-DF) está na mesa do presidente José Sarney, aguardando análise de sua assessoria jurídica. Do ponto de vista político, a idéia está aprovada pelo presidente da República, numa brutal mudança de postura do governo federal em relação ao assunto — os governadores militares anteriores temiam a formação de um contingente operário nas proximidades do Poder.

Cairá por terra, quando o projeto estiver aprovado, a tese defendida pelo construtor da cidade, Israel Pinheiro, de que a futura "capital da esperança" não deveria ter fábricas e universidades, para que operários e estudantes não atrapalhassem a vida dos administradores do País.

Com apenas seis artigos, o Proin-DF estimula a industrialização com fábricas não poluentes, que gerem novos empregos, concedendo incentivos para instalação das empresas, até mesmo com a adoção de um sistema de leasing para ocupação de lotes industriais. "Queremos mudar o rumo de Brasília sem perder a qualidade de vida", resume o secretário de Indústria, Comércio e Turismo, Lindberg Cury, "Vamos combinar os impostos", acrescenta o secretário de Finanças, Marco Aurélio Martins.

Quem pretende instalar-se em Brasília para usufruir de um mercado de 1,8 milhão de pessoas, com renda per capita superior à média do País, e razoável segurança ganhará os seguintes estímulos:

Isenção do Imposto Predial Territorial Urbano pelo prazo de cinco anos a partir da alienação do terreno; isenção do Imposto da Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos Relativos (IBTI) sobre a alienação do terreno adquirido; financiamento do projeto de instalação, modernização ou ampliação; empréstimo de até 70% do ICM gerado pela empresa e no prazo de cinco anos, com juros não capitalizáveis de 7% ao ano, sem correção monetária; e garantia do lote depois da aprovação do projeto, seja através de compra ou cessão mediante contrato de leasing, comodato ou aluguel.

Os projetos industriais ficarão instalados em torno das dez cidades-satélites, e um deles — o de maior área —, próximo à cidade de Samambaia, que está sendo construída para abrigar novos moradores e que dispõe de água farta na região.